



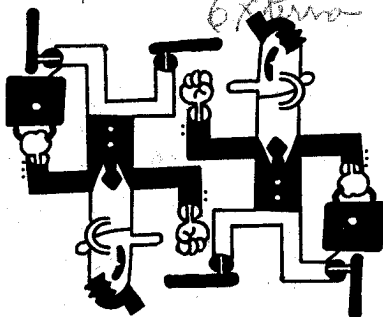
O ACORDO DA DÍVIDA

Com a assinatura do novo acordo da dívida externa junto aos bancos credores, chega hoje ao fim uma novela que já dura 11 anos.

Não foi propriamente o cansaço das partes envolvidas que levou ao acordo — como chegou a ser dito —, mas as mudanças do mercado e a confluência de interesses que se seguiram a elas. Além disso, como a dívida externa deixou de ser um problema sério, tanto para o Brasil como para os bancos, ficou mais fácil encontrar uma solução.

A questão mais importante para ambas as partes não é o tamanho da dívida, nem a necessidade de reembolso imediato, mas os juros. O que asfixiou o Brasil em 1983, quando foi obrigado a admitir sua insolvência, foi a alta brutal das despesas com juros, os quais giravam em torno dos 5% ao ano em 1978 e pularam para perto dos 20% em 1982. O Brasil já se encontra em situação bem mais confortável para honrar seus compromissos externos, porque os juros caíram. Hoje, oscilam em torno dos 6% ao ano.

O objetivo mais relevante dos bancos não é o retorno imediato do principal, o que até os obrigaria a providenciar novos tomadores para o mesmo capital. Eles querem mais é garantir o pinga-pinga anual dos juros. Além disso, esse acordo permitirá que os créditos ao Brasil, lançados há muito como ativos de retorno duvidoso, sejam recontabilizados agora como dívida boa, fato que libera as provisões já feitas para prevenir um calote. Essa nova situação vai melhorar os resultados do balanço



dos maiores credores do Brasil, triunfo que seus executivos poderão exibir a seus acionistas.

Do ponto de vista do Brasil, a regularização de seu passivo externo o habilita a tomar novos créditos, oficiais ou não oficiais, que depois ajudarão a financiar o desenvolvimento econômico.

A experiência acumulada nesses 11 anos de entreviro também ensinou os bancos a serem mais pragmáticos. Em 1985, no final do governo Figueiredo, quando o então presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, se preparava para assinar o acordo com os banqueiros, as negociações foram unilateralmente suspensas, porque os bancos temiam que o governo de Tancredo Neves, que sepultaria o regime militar, o acabasse rejeitando. Por ironia, Sarney assumiu no lugar de Tancredo e, em fevereiro de 1987, decretou a moratória que azedou de uma vez o acerto final.

Também em final de governo, desta vez, mesmo sem acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional, uma velha exigência dos credores, e apesar das ácidas declarações sobre o assunto feitas pelo candidato do PT à presidência da República, os bancos preferiram apressar o fechamento do acordo.